



## GT 022. Antropologia, Estado e mobilização indígena

Kelly Emanuely de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Coordenador/a, Hosana Celi Oliveira e Santos (Universidade Federal de Pernambuco) - Debatedor/a

O grupo de trabalho se propõe a estudar as possibilidades de ação de povos e organizações indígenas na atualidade, frente à garantia de direitos étnicos na esfera nacional e internacional. Propomos discutir as estratégias que os grupos indígenas vêm executando para se posicionarem politicamente frente aos sucessivos ataques pela via do poder público, seja na proposição de Leis contra direitos étnicos, na inoperância frente a sucessivas violências impetradas contra os povos indígenas ou pela criminalização de lideranças políticas. Por outro lado, tencionamos aprofundar o próprio fazer antropológico como via de ação política em defesa dos direitos étnicos.

### **O querem estes indígenas? Reflexões sobre a construção do protocolo de consulta dos indígenas Munduruku do Planalto**

**Autoria:** Judith Costa Vieira

Este texto pretende fazer uma reflexão sobre o processo de construção do protocolo de consulta dos indígenas Munduruku do Planalto no município de Santarém-Pará. Este povo indígena reivindica desde o ano de 2004 seu reconhecimento e demarcação de uma terra indígena, entretanto as investidas exploratórias sobre o território vem se acirrando nos últimos anos. Uma destas investidas mais recentes é o projeto de implantação de um porto graneleiro no lago do Maicá, área que circunda as aldeias Munduruku. Reagindo ao que consideram usurpação e ameaça ao seu território e autonomia, os indígenas elaboraram um protocolo de consulta para reivindicar perante o Estado o seu direito de participar do processo de tomada de decisão sobre a implantação ou não deste porto em seu território. Diante disso, o objetivo deste estudo é perceber quais os significados este instrumento adquire para os indígenas e como ele tem sido utilizado em suas lutas políticas pelo território. Para além do debate formal do campo do direito sobre a eficácia e a vinculação para os Estados do direito à consulta prévia ou dos protocolos elaborados pelos povos tradicionais a intenção aqui é apontar o que os sujeitos etnicamente organizados pensam sobre o direito a consulta e sobre o papel do protocolo para suas vidas. Trata-se, portanto, de entender como e com qual finalidade estes indígenas mobilizam o direito através da análise do processo de construção deste protocolo como um instrumento de diálogo e enfrentamento com as instâncias políticas e jurídicas envolvidas nas discussões da implantação do porto do Maicá. Os dados foram obtidos em pesquisa de doutorado em andamento e a partir da observação direta e participante nas atividades políticas deste grupo, bem como através de entrevistas com os próprios sujeitos e com os mediadores envolvidos no processo de construção do protocolo.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

